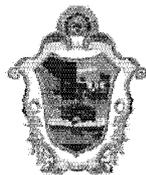


PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS  
1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

CADERNO DE QUESTÕES - INSTRUÇÕES GERAIS

- 1) Não será permitida a utilização de qualquer material de consulta durante a realização da prova objetiva e subjetiva.
- 2) **O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que PINTAR TOTALMENTE A BOLINHA CORRESPONDENTE À RESPOSTA.**
- 3) **Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato**, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com estas instruções, tais como mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada e/ou **campo de marcação não preenchido integralmente**, ainda que inteligíveis.
- 4) O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.
- 5) O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial, seu nome e seu número de inscrição.
- 6) Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento.
- 7) Será anulada a prova objetiva do candidato que não devolver a sua folha de resposta.
- 8) O candidato somente poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES na última meia hora antes do final da prova.
- 9) O caderno de respostas da prova subjetiva não poderá ser assinado, rubricado, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à redação dos textos definitivos acarretará a anulação das provas do candidato que tenha incorrido na violação a essa forma.
- 10) Será eliminado da seleção o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod®*, gravadores, *pendrive*, *mp3 player* ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, *notebook*, *palmtop*, *Walkman®*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.; e d) qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), **que não seja fabricado com material transparente.**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

**1ª ETAPA: PROVA OBJETIVA**

1. Considerando que tanto o Estado quanto o Município possuem padrões normativos de hierarquia superior, inseridos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, a única proposição que se mostra harmônica com a Constituição da República Federativa do Brasil é:

- a) A Constituição Estadual não pode dispor sobre matérias próprias do processo legislativo ordinário, em que prevalece a colaboração entre as funções estatais.
- b) A Constituição Estadual pode estabelecer padrões de uniformização em relação à disciplina de certas matérias de competência legislativa municipal.
- c) A Constituição Estadual pode criar novas hipóteses de controle, pelo Poder Legislativo, das atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo.
- d) As normas básicas do processo legislativo, disciplinados na Constituição da República, não são de observância obrigatória pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal.
- e) A Constituição Estadual pode dispor sobre a convocação do Presidente do Tribunal de Justiça para prestar esclarecimentos à Assembléia Legislativa.

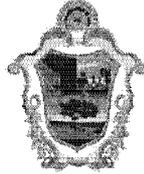
2. Determinado Município, após longa disputa em processo judicial, viu-se condenado a pagar importância em dinheiro a um particular. Considerando que a causa foi julgada pelo Tribunal de Justiça, o Procurador responsável iniciou pesquisas para verificar se era possível submetê-la à apreciação do Superior Tribunal de Justiça. Esse Tribunal pode vir a apreciar as causas em que a decisão recorrida:

- a) Julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- b) Contrariar norma de Constituição Estadual, desde que não seja reprodução de norma da Constituição da República.
- c) Julgar válido ato de governo local contestado em face de Constituição da República.
- d) Der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro órgão do mesmo tribunal que a proferiu.
- e) Contrariar tratado ou lei federal ou negar vigência a qualquer de suas normas.

3. No sistema de controle difuso de constitucionalidade adotado pela Constituição Federal de 1988, a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, compete ao:

- a) Senado federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Procurador Geral da República.
- d) Congresso Nacional.
- e) Presidente da República.

4. Diante de um edital de licitação publicado, em relação ao qual foi divulgada notícia de restrição à competição:



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

- a) O Poder Judiciário, provocado ou de ofício, deve determinar a suspensão do procedimento para prévio exame.
- b) O Tribunal de Contas pode suspender o certame, para regular exame prévio do edital, recomendando os ajustes necessários para a regularização do instrumento convocatório.
- c) Cabe aos potenciais interessados a impugnação do mesmo, não se admitindo revisão de ofício.
- d) É prescindível a suspensão do procedimento pela Administração, tendo em vista que o exame do instrumento antes da conclusão do certame não pode interferir na possibilidade de sua anulação, que deve ser posterior à contratação.
- e) Não é exigível do Poder Público a suspensão do procedimento, tendo em vista que tanto o Poder Judiciário quanto o Tribunal de Contas somente podem determinar a retificação do certame em decisão final.

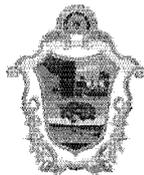
5. A celebração de um contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666/93:

- a) Autoriza a alteração unilateral pelas partes, desde que demonstrada a ocorrência de fato novo e superveniente que interfira no equilíbrio econômico.
- b) Confere à Administração Pública contratante prerrogativas diferenciadas em relação ao contratado, este que pode recusar qualquer alteração que reduza o valor e o escopo do contrato originalmente firmado.
- c) Impede o contratado de rescindir, suspender ou interromper a prestação dos serviços ou entrega dos bens contratados, mesmo diante da inadimplência do Poder Público, em observância ao princípio da supremacia do interesse público.
- d) Confere ao contratado o direito à manutenção do reequilíbrio econômico-financeiro, mesmo nas hipóteses de alteração em que não lhe seja facultado emitir recusa.
- e) Não impede sua revogação pela própria Administração Pública, diante da comprovação de vício de legalidade a que tenha dado causa o contratado.

6. Em matéria de alienação de bens públicos, a Lei n.º 8.666/93 dispõe que, em se tratando de bens imóveis para órgãos da administração direta, a alienação dependerá de:

- a) Autorização legislativa, avaliação prévia e, em regra, de licitação na modalidade de concorrência.
- b) Autorização legislativa, avaliação prévia e sempre de licitação na modalidade de concorrência.
- c) Autorização legislativa, decreto do Chefe do Poder Executivo e sempre de licitação na modalidade de leilão.
- d) Decreto do Chefe do Poder Executivo, avaliação prévia e sempre de licitação na modalidade de leilão.
- e) Decreto do Chefe do Poder Executivo, avaliação prévia e, em regra, de licitação na modalidade de concorrência.

7. Funcionário público municipal, inconformado com o ato administrativo que o demitiu do serviço público, em virtude cometimento de falta grave funcional, impetrou mandado de segurança em que pleiteou a invalidação do ato em questão, sob o fundamento de não terem sido observadas, no processo administrativo disciplinar instaurado em seu desfavor, as garantias da ampla defesa e do contraditório. Diante do indeferimento da medida liminar, requerida na inicial, para que se suspendesse a eficácia do ato punitivo, o servidor



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

houve por bem ajuizar uma nova demanda, já então sob o rito ordinário, em que postulou, da mesma forma, a invalidação do ato demissionário, aduzindo a mesma *causa petendi*. Considerando a propositura da segunda ação, a que se seguiram o seu juízo positivo de admissibilidade e a citação do ente, perfaz-se, portanto, o fenômeno da:

- a) Litispendência.
- b) Conexão.
- c) Continência.
- d) Carência de ação, por impossibilidade jurídica do pedido.
- e) Perempção.

8. Sobre a Ação Rescisória, é correto afirmar:

- a) A sua propositura deve ocorrer no prazo prescricional de dois anos, após a intimação da última decisão proferida no processo primitivo.
- b) Caso seja julgado procedente o pedido relativo à fase do *iudicium rescindens*, sempre deverá haver, na sequência, o rejuízo da causa originária.
- c) É a via processual adequada para impugnar sentenças já transitadas em julgado, tenham elas resolvido, ou não, o mérito da causa.
- d) O seu ajuizamento reclama o prévio exaurimento de todas as vias recursais em tese cabíveis no processo matriz.
- e) É admissível a formulação de requerimento, na petição inicial, da tutela de urgência que importe na suspensão da execução da decisão rescindenda.

9. A improcedência liminar do pedido:

- a) É a medida a ser imposta quando for constatada, de plano, a prescrição ou decadência.
- b) Deve ser precedida, via de regra, da regular citação do demandado.
- c) É permitida diante da existência de precedente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, mas não de Tribunal de Justiça.
- d) Pode ser decretada com fundamento na inépcia da petição inicial.
- e) Caso não seja impugnada com recurso no prazo legal, produz coisa julgada meramente formal.

10. Sobre a eficácia das normas constitucionais, o conceito e classificação da Constituição e o poder constituinte, é correto afirmar que:

- a) Segundo o sentido sociológico, sugerido por Ferdinand Lassale, a Constituição seria a decisão política fundamental do titular do poder constituinte.
- b) As normas constitucionais de eficácia plena podem ser imediatamente aplicadas, não havendo necessidade de ser integradas.
- c) A Constituição outorgada é aquela decorrente do fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, que foi eleita diretamente pelo povo, para atuar em seu nome.
- d) O poder constituinte originário é inicial, autônomo, limitado juridicamente e condicionado.
- e) As Constituições analíticas veiculam apenas os princípios fundamentais e estruturas do Estado.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

11. Acerca dos elementos da Constituição, hermenêutica constitucional e mutação constitucional, não é correto afirmar que:

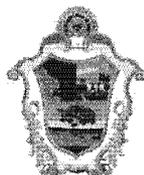
- a) É viável a aplicação da interpretação conforme a Constituição nos casos de existência de normas polissêmicas ou plurissignificativas.
- b) Diferente da reforma constitucional, na mutação constitucional, não há alteração de texto da Constituição, mas, sim, uma mudança do significado da norma constitucional em razão da alteração da realidade social ou de uma nova percepção de direito.
- c) Dentre os elementos da Constituição, os orgânicos se apresentam como aqueles que limitam a atuação dos poderes do Estado, consubstanciados no elenco dos direitos e garantias fundamentais. Como exemplo, o Título VIII (Da Ordem Social) da Constituição Federal de 1988.
- d) As normas que tratam da intervenção nos Estados e Municípios, arts. 34 a 36 da Constituição Federal, são exemplos de elementos de estabilização constitucional.
- e) De acordo com o princípio da força normativa da Constituição, ao solucionar conflitos, os órgãos julgadores devem conferir a máxima efetividade às normas constitucionais.

12. No tocante às emendas constitucionais, é incorreto dizer que:

- a) Podem ser propostas pelo Presidente da República.
- b) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais.

13. Sobre as formas dos atos processuais, disciplinadas no Código de Processo Civil de 2015, e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é incorreto afirmar que:

- a) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.
- b) Dentre os casos previstos para tramitação dos atos processuais em segredo de justiça, estão os que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
- c) O documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.
- d) A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial, exceto para os casos previstos em lei e justificados pela parte contrária.
- e) A declaração de nulidade dos atos processuais não pode prescindir da demonstração do efetivo prejuízo sofrido pela parte, em observância ao princípio *'pas de nullité sans grief'*.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

14. Em relação à petição inicial, à sentença, à remessa necessária e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é incorreto afirmar que:

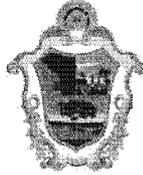
- a) Não configura julgamento *ultra petita* ou *extra petita*, com violação ao princípio da congruência ou da adstrição, o provimento jurisdicional proferido nos limites do pedido, o qual deve ser interpretado lógica e sistematicamente a partir de toda a petição inicial.
- b) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- c) A sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas respectivas autarquias e fundações de direito público e empresas públicas, ainda que esteja fundada em súmula de tribunal superior, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- d) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.
- e) A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

15. Quanto às provas, a coisa julgada e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é incorreto dizer que:

- a) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o juiz é o destinatário das provas, podendo assim, de forma não fundamentada, injustificada, não motivada, indeferir aquelas que considerar desnecessárias, conforme o princípio do livre convencimento motivado.
- b) O juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.
- c) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que somente a parte dispositiva da sentença é alcançada pela coisa julgada material. Sendo que, os fundamentos de fato e de direito em que se baseou a sentença não são atingidos pela coisa julgada e podem ser reapreciados em outra ação.
- d) Os fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, admitidos no processo como incontroversos e em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade não dependem de provas.
- e) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.

16. Acerca da tutela provisória de urgência, é correto afirmar que:

- a) Será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) Será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- c) A parte não responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, nos casos em que o juiz acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do autor.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

- d) A tutela de urgência não pode ser concedida liminarmente.
- e) A tutela de urgência somente será concedida após justificção prévia.

17. Considerando o exercício dos poderes de polícia e disciplinar, bem como o entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) Para o Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
- b) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, as atividades de controle e fiscalização das profissões regulamentadas, exercidas pelos conselhos de fiscalização profissional, não são consideradas exercício do poder de polícia.
- c) Sob a ótica do Supremo Tribunal Federal, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- d) Conforme o Supremo Tribunal Federal, é constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.
- e) Para o Superior Tribunal de Justiça, o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar gera nulidade absoluta, ainda que não haja prejuízo comprovado para o servidor.

18. Considerando os princípios da administração pública, a doutrina especializada e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) O princípio da eficiência impõe que o administrador não prescindir, não dispense os preceitos éticos em sua conduta. Não podendo, assim, proceder em desconformidade com a ética e com a moral.
- b) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a nomeação em concurso público, após transcorrido considerável lapso temporal da homologação do resultado final do certame, sem a notificação pessoal do interessado, viola os princípios da publicidade e razoabilidade.
- c) Para o Supremo Tribunal Federal, o pagamento de prestação pecuniária mensal e vitalícia a ex-governadores e suas viúvas se mostra compatível com os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa.
- d) O princípio da moralidade, previsto desde o texto original da Constituição de 1988, proíbe a edição de atos secretos pelo poder público, apontando que a Administração Pública deve atuar de forma transparente.
- e) Os princípios da publicidade e eficiência foram incluídos expressamente no texto constitucional por meio da Emenda Constitucional nº. 19/98.

19. De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) É cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas ainda que um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

- c) Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data do recebimento.
- d) É inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.
- e) O recorrente não poderá, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

20. Diante do que prevê a Lei que regulamenta o Juizado Especial da Fazenda Pública, é correto afirmar:

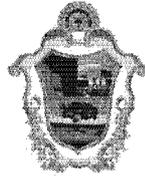
- a) O juiz poderá, de ofício, deferir providências cautelares e antecipatórias, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
- b) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar ou transigir.
- c) Sendo o caso, haverá reexame necessário.
- d) Da sentença caberá apelação, não se admitindo agravo de instrumento por vedação legal.
- e) O pagamento de obrigação de pequeno valor deverá ser feito no prazo máximo de 90 dias a contar da entrega da requisição do juiz.

21. Em matéria de Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/09), assinale a alternativa incorreta:

- a) A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até o momento de instalação da audiência de conciliação.
- b) As autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas a determinado Município podem ser partes como réus nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- c) Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, não há prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, salvo a interposição de recursos e a contestação.
- d) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, as ações por improbidade administrativa, mandado de segurança, desapropriação e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- e) A competência em razão do Juizado Especial da Fazenda Pública é absoluta.

22. Quanto ao procedimento do mandado de segurança na Lei n.º 12.016/2009, é correto afirmar que:

- a) A sentença concessiva da ordem não estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
- b) É admissível o ingresso de litisconsorte ativo, depois de o juiz deferir a liminar.
- c) A sentença que conceder o mandado de segurança não poderá ser executada provisoriamente.
- d) A autoridade coatora tem direito de recorrer da sentença.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

e) O acórdão denegatório da ordem, nas hipóteses de competência originária dos tribunais, deverá ser impugnado por recurso extraordinário ou especial.

23. No que se refere às disposições constitucionais gerais da administração pública e aos seus agentes, é incorreto afirmar que:

- a) As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- b) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- c) Extinto o cargo, o servidor estável ficará em disponibilidade, sem direito à remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

24. A Constituição Federal estabelece que as guardas municipais:

- a) Poderão ser constituídas pelos Municípios para, entre outros fins, exercer a proteção de seus serviços, conforme dispuser a lei.
- b) As guardas municipais têm o dever de realizar o policiamento ostensivo para preservar a ordem pública, além de proteger os bens, serviços e instalações de propriedade do Município.
- c) Poderão ser constituídas pelos Municípios para, entre outros fins, exercer, em colaboração com a Polícia Militar, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- d) Nas áreas municipais onde houver necessidade, a guarda municipal pode exercer as funções de polícia marítima ou de fronteira.
- e) Poderão ser constituídas pelos Municípios para, entre outros fins, exercer a proteção de seus bens e dos bens dos munícipes.

25. Nos termos da Constituição Federal, ressalvadas exceções, o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica. A referida previsão representa hipótese de:

- a) Isenção.
- b) Remissão.
- c) Imunidade.
- d) Anistia.
- e) Nenhuma das alternativas

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são impostos que competem aos Municípios instituir:

- a) IPTU, ISS e ITBI.
- b) IPTU, ISS, ITCMD.
- c) ITR, ITBI, IPTU.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

- d) ITCMD, ISS, IPVA.
- e) IR, IPVA, IPI.

27. Acerca do controle de constitucionalidade concentrado, julgue os itens a seguir:

- I) A administração pública indireta, assim como a direta, nas esferas federal, estadual e municipal, fica vinculada às decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade.
- II) Em razão do princípio da subsidiariedade, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão somente será cabível se ficar provada a inexistência de qualquer meio eficaz para afastar a lesão no âmbito judicial;
- III) É possível controle de constitucionalidade do direito estadual e do direito municipal no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- IV) São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade interventiva aqueles que têm legitimação para propor ação direta de inconstitucionalidade genérica.

Estão corretos os itens:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

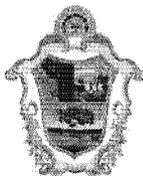
28. Acerca da proteção e da perda do direito de propriedade:

- I) A Constituição assegura a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive em atividades desportivas.
- II) A obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens podem ser integralmente estendidas aos sucessores e contra eles executada.
- III) Na desapropriação de imóvel rural de interesse para a reforma agrária e de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, o pagamento ocorrerá mediante títulos públicos e não por indenização em dinheiro.
- IV) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros em caráter permanente.

Estão certos os itens:

- a) I e III
- b) I e IV
- c) II e III
- d) II e IV
- e) Somente o item I

29. Sobre os direitos e as garantias fundamentais, assinale a opção correta:



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

- a) De acordo com a doutrina majoritária, os direitos de segunda geração ou direitos sociais não constituem simples normas de natureza dirigente, sendo verdadeiros direitos subjetivos que impõem ao Estado um fazer.
- b) No que se refere à inviolabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, a Constituição Federal assegurou a preferência pelo modelo de reparação em detrimento da prevenção ao dano.
- c) Os direitos e garantias fundamentais, criados como direitos negativos, impedem o poder público, mas não a esfera privada de violar o espaço mínimo de liberdades assegurado pela Constituição Federal.
- d) O direito ao progresso é um exemplo de direito fundamental de segunda geração ou dimensão.
- e) Quando previstos em tratados e convenções internacionais, os direitos fundamentais são equivalentes às emendas constitucionais.

30. O Município de Manaus pretende reaver determinado bem público, cujo uso foi permitido a particular, por prazo indeterminado, para desenvolvimento de atividade de interesse público. A destinação estabelecida no contrato de permissão foi desvirtuada para atender fins exclusivamente particulares. O ocupante do imóvel deverá:

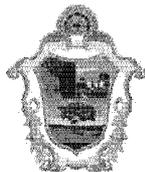
- a) Restituir o imóvel após ser comunicado, em função da precariedade do ato que lhe permitiu o uso e da alteração unilateral e indevida da destinação do bem.
- b) Requerer a restituição do que investiu no imóvel para adequá-lo ao seu uso, ainda que indevido, podendo requerer, em ação judicial competente, a penhora do bem para garantia de seu crédito.
- c) Defender sua posse por meio direto, em face do direito subjetivo advindo da assinatura do termo de permissão de uso, ainda que este fosse precário.
- d) Resistir ao pleito da Administração Pública e ingressar com ação de usucapião do bem após decorridos 5(cinco) anos da comunicação para desocupação.
- e) Reter o bem em face das benfeitorias feitas, ainda que não tenham sido comunicadas ao proprietário, exigindo, como indenização, a permuta do imóvel pelo uso de outra área de propriedade do Poder Público permitente.

31. O processo pelo qual um bem público de uso comum transforma-se em bem dominical denomina-se:

- a) Desvinculação.
- b) Desapropriação.
- c) Tombamento.
- d) Desalienação.
- e) Desafetação.

32. Em matéria de intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a afirmativa correta:

- a) A limitação administrativa, de caráter geral, condiciona direitos dominiais do proprietário, independentemente de qualquer indenização.
- b) A ocupação temporária inadmite indenização pelos prejuízos causados ao particular, dado a sua extrema necessidade e por estar voltada ao bem coletivo.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

c) A servidão administrativa tem como peculiar característica a inexistência de dano ao particular, daí porque inexistente possibilidade de indenização nessa modalidade de intervenção.

d) O tombamento somente é admissível em relação a bem imóvel, passível de indenização.

e) A requisição dá-se em caráter de urgência e com a característica de ser transitória em relação a bens móveis, porém inadmite qualquer indenização.

33. O Poder Público é condenado em ação de responsabilidade civil pelos danos causados por seu servidor a terceiro. É correto afirmar que:

a) Cabe ação regressiva do Estado em face do servidor e nesta se verificará se a conduta do servidor foi culposa (*lato sensu*).

b) O servidor não poderá ser responsabilizado judicial ou administrativamente, assumindo o Poder Público o ônus integral de sua conduta.

c) Cabe ação regressiva do Estado em face do servidor, e nela se perquirirá sobre a culpa do servidor, uma vez que se aplica a teoria da Responsabilidade Objetiva quando a ação envolve o Poder Público.

d) Basta o procedimento administrativo disciplinar com garantia da ampla defesa e do contraditório, não cabendo o ajuizamento de ação regressiva.

e) O Estado teria que ter denunciado à lide o servidor, não podendo posteriormente acioná-lo.

34. Em relação à ação popular, assinale a afirmativa correta:

a) A ação popular é o remédio constitucional cabível para o cidadão atacar ato lesivo à moralidade, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

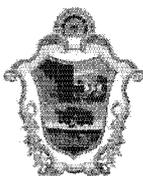
b) Se o autor da ação popular deixar de dar andamento regular ao processo, o juiz deverá determinar, por edital, a intimação do autor, do Ministério Público ou de qualquer outro cidadão para manifestar interesse em dar continuidade à ação. Vencido o prazo fixado no edital, não havendo manifestação dos interessados, o juiz deverá proferir sentença extinguindo o processo, sem resolver o mérito, por abandono de causa.

c) Na hipótese de desistência ou abandono por parte do autor originário, o Ministério Público assume o pólo ativo da ação popular em substituição processual. Todavia, essa substituição poderá ser indeferida quando o representante do *Parquet* protocolar o pedido depois de transcorrido o prazo fixado no edital para a substituição do autor da ação popular, sob o fundamento da ocorrência de preclusão de oportunidade para fazê-lo.

d) Tem legitimidade passiva para responder a ação mandamental, em litisconsórcio necessário, a autoridade coatora e a pessoa jurídica de direito público a cujos quadros pertencer o funcionário. Assim, para validade da sentença proferida, é imprescindível a citação da pessoa jurídica de direito público que irá suportar a eficácia econômica da decisão.

e) A ação popular só pode ser proposta de forma repressiva, sendo incabível sua proposição antes da consumação dos efeitos lesivos de ato contra o patrimônio público.

35. Sobre a tutela coletiva, pode-se afirmar que:



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

- I) Se a ação civil pública for ajuizada em comarca diversa daquela em que tiver ocorrido o dano, o juízo deverá declinar, de ofício, de sua competência.
- II) Ressalvada a hipótese de má-fé, o sindicato que propuser ação civil pública não precisará adiantar custas, emolumentos ou honorários periciais nem será condenado em honorários advocatícios ou despesas processuais.
- III) As associações precisam de autorização especial para propor ação civil pública ou mandado de segurança coletivo na defesa de interesses de seus associados.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas o item I está certo.
- e) Todos os itens estão certos.

36. A Constituição da República excepcionalmente autoriza a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, quando necessária para assegurar a observância de princípios relativos a (marque a alternativa correta):

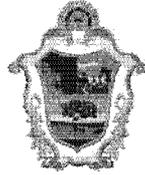
- a) Forma republicana, sistema representativo e regime democrático.
- b) Direitos da pessoa humana.
- c) Autonomia municipal.
- d) Prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
- e) Estão corretas todas as alternativas anteriores.

37. A competência legislativa privativa da União está elencada no artigo 22 da Constituição da República, enquanto as matérias de competência legislativa concorrente, entre a União, Estados e Distrito Federal estão dispostas no artigo 24. Assim, no tocante às competências privativas e concorrentes, marque a alternativa incorreta:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
- b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- c) Compete à União legislar privativamente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- d) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- e) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito, transporte e comércio interestadual.

38. São atributos do ato administrativo, exceto:

- a) Presunção de legitimidade.
- b) Imperatividade.
- c) Finalidade.
- d) Exigibilidade.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS**  
**1º EXAME DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

e) Autoexecutoriedade.

39. Segundo definição dada pela doutrina no Direito Administrativo, pode-se dizer da ação de improbidade administrativa:

- a) Tratar-se de ação de natureza administrativa, haja vista as sanções meramente administrativas, conforme previstas na Lei nº 8.429/92.
- b) Tratar-se de ação de natureza administrativa, porém com previsão de sanções não apenas administrativas, mas também civis e penais, conforme prevê a Lei nº 8.429/92.
- c) Tratar-se de ação de natureza mista (civil e penal), a depender da conduta imputada e da sanção a ser aplicada, sendo, todavia, processada no juízo criminal, nas hipóteses de cominação de sanção penal, conforme prevê a Lei nº 8.429/92.
- d) Tratar-se de ação de natureza civil, cujas sanções não são limitadas ao ressarcimento do dano, uma vez que podem importar, também, penalidades de natureza penal (ou política) e administrativa.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

40. O Código de Processo Civil, sobre a competência do juízo, trata da incompetência absoluta e da incompetência relativa. Sobre tais modalidades, assinale a alternativa incorreta:

- a) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- b) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
- c) A incompetência relativa deve ser arguida por meio de exceção.
- d) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- e) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.



